

SUMÁRIO

<i>Nota à 8ª edição</i>	15
<i>Nota à 5ª edição</i>	17
<i>Introdução</i>	19

PRIMEIRA PARTE

CRÍTICA JURÍDICA E SUA TRAJETÓRIA NO OCIDENTE

Capítulo 1 — NATUREZA E PROBLEMATIZAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA	25
1.1. Crise de racionalidade e mudança de paradigma	25
1.2. Natureza e conceituação da “crítica”	28
1.3. Origens filosóficas da teoria crítica	30
1.4. Objetivos e significação da teoria crítica	34
1.5. Imprecisões e aporias da teoria crítica	37
Capítulo 2 — TEORIA CRÍTICA NO DIREITO	42
2.1. Noções, conceito e objetivos	42
2.2. Possibilidades e limites de uma teoria jurídica crítica	46
Capítulo 3 — PRINCIPAIS ESCOLAS DO PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO NO OCIDENTE	59
3.1. Orientação crítica nos Estados Unidos	60

3.2. Correntes críticas na Europa.....	64
3.2.1. Associação crítica do Direito: França.....	64
3.2.2. Uso alternativo do Direito: Itália e Espanha.....	69
3.2.3. Pensamento jurídico crítico: Alemanha.....	74
3.2.4. Tendências antidogmáticas e pluralistas: Espanha	77
3.2.5. Modelo da crítica interdisciplinar: Bélgica.....	83
3.2.6. Sociologia jurídica das emancipações: Portugal.....	86
3.3. Correntes críticas do Direito na América Latina.....	92
3.3.1. A crítica jurídica no México e na América Central	93
3.3.2. Aportes de crítica do Direito: Chile, Colômbia, Peru e Venezuela.....	99
3.3.3. Movimento crítico na Argentina.....	105

SEGUNDA PARTE

PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO NO BRASIL

Capítulo 4 — TRAJETÓRIA CRÍTICA DO DIREITO BRASILEIRO.....	114
4.1. Questões epistemológicas.....	114
4.2. Tendências da crítica jurídica: escolas e representantes ...	125
4.2.1. Crítica jurídica de perspectiva sistêmica.....	126
4.2.2. Crítica jurídica de perspectiva dialética.....	137
4.2.2.1. Crítica jurídica enquanto expressão do pluralismo e do humanismo dialético.....	138
4.2.2.2. Crítica jurídica enquanto instrumental político da transformação.....	143
4.2.2.3. Crítica jurídica enquanto normativismo fenomenológico.....	149
4.2.3. Crítica jurídica de perspectiva semiológica.....	153
4.2.4. Crítica jurídica de perspectiva psicanalítica.....	160

4.3. Experiências institucionalizadas de crítica no Direito	166
4.3.1. Crítica jurídica acadêmica	167
4.3.1.1. Direito Público e análise institucional	167
4.3.1.2. Direito Constitucional e Tributário	169
4.3.1.3. Direito do Trabalho	171
4.3.1.4. Direito Internacional	172
4.3.1.5. Direito Penal	173
4.3.1.6. Direito Processual	174
4.3.1.7. Sociologia, ensino jurídico e Direito político	175
4.3.1.8. Direito Civil	177
4.3.1.9. História do Direito	178
4.3.1.10. Direitos Humanos, Ambiental e Biodireito	179
4.3.1.11. Direito e Literatura	180
4.3.2. Crítica jurídica prática	181
4.3.2.1. Magistratura alternativa e democrática	181
4.3.2.2. Advocacia popular	183
4.4. Crítica jurídica e Direito alternativo	184

TERCEIRA PARTE

UMA DISCUSSÃO CRÍTICA: KELSEN, MARX E O DIREITO

Capítulo 5 — O DIREITO, MARX E A CRÍTICA DE KELSEN	190
5.1. Questões preliminares	190
5.2. (In)existência de uma Teoria Geral do Direito em Marx	195
5.3. Concepções marxistas do Direito	200
5.3.1. Período clássico da teoria marxista do Direito	201
5.3.2. Período do soviétismo-estalinista do Direito	204
5.4. O problema da ideologia na Teoria Pura do Direito	207
5.5. Antinomias entre teoria jurídica marxista e Teoria Pura do Direito	211

QUARTA PARTE

FILOSOFIA CRÍTICA, PLURALISMO JURÍDICO E AMÉRICA LATINA

Capítulo 6 — ÉTICA DA ALTERIDADE COMO FUNDAMENTO DO ALTERNATIVO NO DIREITO.	215
6.1. Introdução	215
6.2. Ética e concepções legitimadoras de Direito	216
6.3. Ética da alteridade como condição da legalidade alternativa...	219
6.4. Noções e estratégias do alternativo no Direito.....	222
6.5. Trajetória histórica da legalidade alternativa	225
6.6. Legitimidade das práticas de justiça alternativa frente à legalidade estatal	229
6.7. A importância da ética da alteridade na constituição de uma nova juridicidade	231
Capítulo 7 — PLURALISMO JURÍDICO: NOVO MARCO EMANCIPATÓRIO NA HISTORICIDADE LATINO-AMERICANA.....	234
7.1. Introdução	234
7.2. Pluralismo jurídico: natureza e caracterização	236
7.3. Pluralismo jurídico como projeto conservador	241
7.4. Pluralismo jurídico como projeto emancipatório.....	244
7.5. Pluralismo jurídico e práticas sociais alternativas	247
Capítulo 8 — PLURALISMO E ALTERIDADE COMO ESTRATÉGIA CONTRA-HEGEMÔNICA NO REDIMENSIONAMENTO DA TEORIA JURÍDICA.....	251
8.1. Introdução	251

8.2. A produção de um saber crítico como estratégia contra-hegemônica para uma prática social emancipatória	253
8.3. Pressupostos para se pensar uma filosofia crítica na política e no direito.....	256
8.4. Formas emergentes e plurais de emancipação na legitimação do direito	260
<i>Conclusão</i>	265
<i>Bibliografia</i>	271
<i>Índice onomástico</i>	309
<i>Índice alfabético de assuntos</i>	319